

PLANEJAMENTO ECONÔMICO NA GUERRA FRIA: A ECONOMIA SOVIÉTICA NO PERÍODO 1953-1989

Pedro Henrique Evangelista Duarte¹
Felipe Miguel Savegnago Martins²

Resumo: A formalização do modelo de planejamento econômico soviético, iniciado após a Guerra Civil Russa, em 1921, com a Nova Política Econômica de Lênin e os Planos Quinquenais de Stálin, foi responsável por transformar o bloco soviético de um região com fortes características feudais, no início do século XX, para uma potência hegemônica internacional, após a Segunda Guerra Mundial. A partir desses elementos, o presente artigo tem por objetivo analisar o planejamento econômico soviético no período pós-stalinista, percorrendo os governos de Nikita Krushev, Leonid Brejnev e Mikhail Gorbachev. Dessa análise, pretende-se compreender as diferenças entre o planejamento econômico nos distintos governos, e como as decisões da política econômica contribuíram para o desmembramento do bloco soviético, no início da década de 1990.

Palavras-chave: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); planejamento econômico; economia socialista.

Abstract: The organization of the Soviet economic planning model, which began after the Russian Civil War in 1921, with Lenin's New Economic Policy and Stalin's Five-Year Plans, was responsible for transforming the Soviet bloc from a region with strong feudal characteristics in the early days from the twentieth century to an international hegemonic power after World War II. Considering these elements, this paper aims to analyze Soviet economic planning in the post-Stalinist period, going through the governments of Nikita Krushev, Leonid Brejnev and Mikhail Gorbachev. From this analysis, we intend to understand the differences between economic planning in those different governments, and how economic policy decisions contributed to the break-up of the Soviet bloc in the early 1990s.

Keywords: Union of Soviet Socialist Republics (USSR); economic planning; socialist economy.

Submissão às sessões ordinárias.

Área temática 2: História econômica.

Classificação JEL: N14, N44, N64, P20, P30.

Introdução

É indiscutível a afirmação de que a experiência histórica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) inaugurou uma série de debates acerca do planejamento econômico como mecanismo para o desenvolvimento econômico e social. Ainda que não tenha sido a primeira experiência de uma organização da atividade econômica orientada pelo Estado – no entendimento desta forma organização como uma experiência socialista – é inegável dizer que o formato

¹Professor Adjunto na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG). Contato: pheduarte@ufg.br

²Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP). Contato: felipe.martins.unicamp@gmail.com

implementado pela URSS e os resultados alcançados abriram não apenas um novo campo da teoria econômica, mas também serviu como modelo para outras revoluções de cunho socialistas que vieram a acontecer no mundo ao longo do século XX.

Do ponto de vista teórico, o planejamento econômico é um modelo teórico para a ação, com a organização do sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade concreta. Parte da suposição de que é possível controlar o sistema econômico e guiá-lo em direção e fins desejados, a partir da utilização desses modelos teóricos que, em tese, são capazes de prever a realidade. De forma que a atuação sobre a economia só é possível porque se conhecem as regras que a orientam e há uma explicação para o seu funcionamento (LAFER, 1970).

Ademais de sua importância como experiência histórica nesses assuntos, a planificação econômica não é, organicamente, uma característica unívoca das economias em experiência socialista. Ao longo da história, a planificação foi utilizada como elemento do ordenamento econômico também em países capitalistas. No caso das economias centrais, experiências de planejamento econômico puderam ser verificadas ao longo das duas Grandes Guerras Mundiais – com a implementação das chamadas “economias de guerra”. O mesmo se aplicou para o caso dos EUA, durante a formulação de políticas para combater os efeitos da crise de 1929 – o *New Deal* – e também no caso da Alemanha nazista. O mesmo entendimento vale para o caso das economias periféricas latino-americanas, que se utilizaram dos instrumentos da planificação durante seus respectivos processos de industrialização.

No mesmo sentido, há diferenciações acerca das experiências das economias centrais e periféricas. De acordo com Lange (1988), para os países subdesenvolvidos, a supressão dos elementos característicos do modo de produção feudal – que produzem um pequeno excedente econômico e desviam esse excedente para usos improdutivos -, a liberação do domínio colonial ou das monarquias domésticas – que utilizam para fins improdutivos parte do excedente econômico – e a liberação da dependência do capital monopolista – que priva os países subdesenvolvidos da parte de seu excedente, transferindo lucros e impedindo um desenvolvimento econômico equilibrado – seriam a saída da condição subdesenvolvida. Para isso, seria necessário algum grau de controle, por parte do Estado, da atividade econômica. Caso diferente seria o dos países centrais, que sempre utilizariam os mecanismos do planejamento econômico de forma a intensificar a acumulação de capital e, nesse sentido, atingir certos objetivos econômicos e sociais que mantivessem sua posição hegemônica.

De toda forma, é aspecto imprescindível da análise do planejamento econômico um olhar atento sobre a experiência soviética, que foi extremamente bem sucedida na conversão de uma economia com fortes características feudais, em princípios do século XX, para um potência hegemônica internacional, menos de 50 anos depois. Tal direcionamento foi executado após a Revolução de Outubro, em 1917, e da Guerra Civil Russa, em princípio dos anos 1920, quando o

planejamento econômico, de fato, passou a ser organizado. Ainda que não se possa dizer, exatamente, que a Nova Política Econômica implementada por Lênin, entre 1921 e 1928, tenha sido uma experiência de planejamento orientada pelo Estado – dado os elementos tipicamente do modo de produção capitalistas utilizados durante o período -, é nesse momento que essa nova forma de se pensar a organização da atividade econômica passa a ser formalizada. Mas é apenas com os Planos Quinquenais levados a cabo por Stálin, durante o período que esteve no comando do Partido Comunista, que o planejamento econômico soviético ganha forma. E é, também neste período, que a URSS é alçada ao posto de potência internacional, disputando territórios, zonas de influência e ideologias político-sociais com os EUA.

Apresentados esses aspectos, o presente trabalho irá analisar os aspectos do planejamento econômico implementados no período pós-stalinista, ou seja, desde princípios dos anos 1950 até a derrocada do bloco soviético, no início dos anos 1990. O objetivo é apontar as principais características do planejamento econômico nos três governos que se sucederam nesse período – Nikita Krushev, Leonid Brejnev e Mikhail Gorbachev – percebendo suas principais diferenças e as alterações na própria concepção do planejamento econômico. Ao observar esses elementos, será possível não apenas perceber os descaminhos da política econômica soviética ao longo da segunda metade do século XX, mas também como os resultados dessas diferentes políticas, em certo sentido, contribuíram para a crise soviética e o conseqüente desmembramento do bloco.

1. O governo Nikita Krushev

Durante os anos de 1953 a 1964, Nikita Krushev fica à frente do comando do bloco soviético. Grosso modo, foi um período bastante controverso, não apenas da perspectiva política, mas também na reorganização do aparato estatal e do planejamento econômico. Assim, o novo líder atuou em três grandes campos durante o seu governo – na política, na economia e nas relações externas - promovendo uma série de mudanças estruturais.

O fim do período Stálin representou alterações significativas na esfera política. Durante o período em que esteve no poder, Stálin manteve uma alta concentração das decisões na cúpula do Partido Comunista, reduzindo a participação de outras alas do partido. Por isso que, no período Krushev, com o intuito de reduzir a burocracia gerada no período anterior, a máquina partidária foi reduzida de 3500 comitês distritais para 1500, permitindo uma gradual difusão do poder dentro do partido, com o aumento da representação dos distintos setores partidários nas esferas decisórias (REIS FILHO, 1983; 2003).

Foi neste novo contexto que, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista, Krushev faz duras críticas ao culto à personalidade de Stálin, e denuncia os crimes cometidos durante o período stalinista, atribuindo-os quase que exclusivamente ao ex-líder soviético. É a partir dessa

crítica que se propõe um processo de "desestalinização" da sociedade soviética enquanto importante marca política do período Krushev. É dentro desta lógica que iniciou-se um período de amenização das perseguições características do período Stálin, com a diminuição de extradições de dirigentes e opositores políticos, a anistia para presos com penas menores que cinco anos e o esvaziamento dos *gulags*, campos de concentração de trabalho forçado.

No campo econômico, a desburocratização foi algo elementar para que reformas de planejamento fossem concretizadas e, evidentemente, este processo estava intimamente ligado à "desestalinização", já que "(...) outro aspecto de desenvolvimento soviético [...] foi a enorme e exagerada burocratização que o governo de comando centralizado engendrou (...)" (HOBSBAWM, 1994; p. 298). Dessa maneira, o Partido Comunista, em cada região das repúblicas soviéticas, passou a ser dividido em duas secretarias: uma relacionada à indústria e a outra à agricultura. Não obstante, as próprias repúblicas ganham mais autonomia no que tange às políticas econômicas, desconcentrando o poder anteriormente centralizado em Moscou. No mesmo sentido, o governo soviético criou 105 Conselhos Nacionais de Economia (*Sovnarkhozes*), distribuídos entre as repúblicas³ e que chegaram a controlar 75% da produção industrial soviética, explicitando ainda mais a tendência descentralizadora de Krushev (REIS FILHO, 1983). Deste modo, mesmo não excluindo a relevância do planejamento central, as repúblicas passaram a gozar de maior liberdade no tocante à produção e formulação de planos econômicos, tanto nas fábricas quanto nas áreas agrícolas.

No entanto, se havia relativa progressão na produção da indústria pesada, o mesmo não poderia ser dito em relação à agricultura e ao setor de bens de consumo duráveis. Por essa razão, foram introduzidas políticas específicas para esses setores, no intuito de equacionar o desequilíbrio setorial que caracterizava a economia soviética. Na agricultura, o governo elevou os preços dos produtos e diminuiu os tributos, além de conceder antecipações salariais aos camponeses, como mecanismo para reestimular a produção nas cooperativas (REIS FILHO, 1983). Isto se fazia necessário na medida em que os preços de venda estabelecidos pelo Estado, por muitas vezes, não supriam os custos de produção o que, inevitavelmente, reduzia a escala de produção. Para além disso, a política de elevação dos preços contribuía também para a promoção da modernização do aparato produtivo e para o aumento do nível de rendimentos dos assalariados agrícolas das cooperativas, criando importantes incentivos para a superação dos entraves à expansão do setor primário da economia.

No entanto, o setor primário não crescia na mesma velocidade do que a indústria pesada. Em termos de quantidade produzida, a produção de bovinos foi de 155, de porcos de 152, de ovinos de 132 e de cereais de 146 (base 1953=100) (REIS FILHO, 1983). Ademais, a exploração de terras

³ No entanto, dos 105 Conselhos, 94 estavam concentrados em quatro repúblicas: Rússia, Ucrânia, Cazaquistão e Uzbequistão. As demais repúblicas tinham 1 Conselho cada. (REIS FILHO, 1983).

virgens não estava gerando resultados convincentes por conta das elevadas dificuldades, como a queda da produtividade agrícola e o mau uso da mecanização no campo (HOBSBAWM, 1994). Como pode ser observado pelos dados da tabela 1, entre 1956 e 1961, houve redução da área de cultivo em 300.000 hectares, ao passo que a produção total de cereais caiu mais de 9.000.000 toneladas. Informações apresentadas por Reis Filho (1983, 2003) e pelo Instituto Para o Estudo da URSS (1964) argumentam que as consequências da exploração de terras virgens no Cazaquistão também foram causadas pela má gestão estatal – muito provavelmente pela nova formação, em cada república, de duas secretarias, que pode ter acarretado em confusões no que se refere ao novo tipo de planejamento econômico descentralizado – e por fatores exógenos, tais como desastres naturais, frio rigoroso e chuva.

Tabela 1 – Cultivo de cereais na República Soviética do Cazaquistão

	1956	1958	1960	1961
Área de cultivo	22.500.000	23.200.000	22.100.000	22.200.000
Produção total de cereais	23.800.000	22.000.000	18.800.000	14.600.000
Compras de cereais do Estado	16.100.000	14.800.000	10.500.000	7.800.000
Produção	1060	940	850	660

Nota: Área de cultivo em hectares; produção de cereais e compra de cereais pelo Estado em toneladas; produção em quilogramas por hectare.

Fonte: Instituto para o estudo da URSS (1964).

A partir dos dados apresentados acima, ficam explícitos os obstáculos soviéticos no tocante à alavancagem do setor primário. A produção de cereais em 1961 correspondia a somente 61,3% de 1956, assim como a produção de quilogramas por hectares representava cerca de 62%. Dessa forma, a saída da União Soviética era de buscar alimentos fora do bloco, acarretando na transição de um país exportador para um país importador de bens primários a partir dos anos 1960 (FRANCISCON, 2013; p.32). Já a partir da década de 1970, o atendimento de um quarto de suas necessidades de grãos dependia do mercado externo (HOBSBAWM, 1994; p. 297).

Adicionalmente, mesmo com a elevação dos preços dos produtos agrícolas, o Estado soviético não conseguia superar o desestímulo dos assalariados das fazendas cooperativas e estatais, porque as vendas compulsórias dos produtos agrícolas ainda eram entraves primordiais ao desenvolvimento da agricultura soviética no sistema de fazendas implementado a partir da coletivização forçada. O custo de produção médio de 100 quilos de carne de gado era de 91,6 rublos, e o preço de venda médio ao Estado era de 59,1 rublos, ou seja, aproximadamente 35% menor. Para se produzir 100 quilos aves, custavam às cooperativas 140,5 rublos, os quais eram vendidos a 82,2 rublos ao Estado, cerca de 42% menor (INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS, 1964) Ou seja, a política de elevação dos preços pelo Estado soviético ainda era insuficiente.

No que tange ao conjunto da indústria, as preocupações estavam centradas na indústria de bens de consumo duráveis já que, com o estopim da Guerra Fria, a indústria pesada evoluía a passos largos. O ponto é que tal conjuntura histórica, de disputa hegemônica com os EUA, fez com que fossem mantidas as prioridades à indústria pesada, especialmente no que diz respeito à corrida espacial - garantindo, por exemplo, o pioneirismo da URSS no lançamento de um satélite artificial no espaço. Fato é que o excesso de recursos empreendidos na indústria pesada tinha reflexos diretos na intensificação do desequilíbrio entre os setores produtivos no bloco.

O que se pode apontar é que a continuidade do descompasso entre os setores econômicos soviéticos, para além dos efeitos introduzidos pela Guerra Fria, era reflexo direto dos problemas em torno do planejamento econômico, especialmente aqueles advindos a partir da década de 1950. O sexto Plano Quinquenal, que deveria ser implementado entre 1956 e 1960, acabou sendo abortado e, em sua substituição, foram implementados planos anuais até 1958. A partir de 1959, optou-se por um novo tipo de planejamento, a ser implementado ao longo de sete anos - fundado na justificativa de que as metas estipuladas eram impossíveis de serem alcançadas no prazo de cinco anos. No entanto, já em 1962, o modelo clássico de planos quinquenais foi novamente adotado.

Assim, o que se percebe é uma tentativa de repensar o modelo vigente de planejamento econômico, que conseguisse não apenas garantir a continuidade da expansão econômica soviética e o reequilíbrio dos seus setores econômicos - reduzindo, assim, a dependência da importação de produtos primários - mas também reorganizar o aparato técnico-produtivo para o atendimento das demandas criadas pela Guerra Fria, numa quase reedição do comunismo de guerra implementado durante a Guerra Civil. É dentro dessa lógica que se estrutura o projeto de desburocratização da economia, numa clara intencionalidade de que a maior autonomia das repúblicas poderia ampliar a eficiência da utilização dos recursos públicos. No entanto, o próprio modelo descentralizador apresentava seus limites: até 1963, os Conselhos Nacionais de Economia foram reduzidos para 47 - mais de 50% - diminuindo a autonomia das províncias, regiões e a autogestão das fábricas (REIS FILHO, 1983). Assim, apesar dos esforços, havia incertezas e mudanças constantes das metas e mecanismos impostos, por conta da falta de conhecimento da realidade objetiva dos setores econômicos e de suas necessidades.

O ponto central é que parecia não haver, claramente, uma definição explícita de qual planejamento efetivamente seria executado, e quais seriam os instrumentos utilizados. Uma das possíveis explicações para tais indefinições estavam na resistência interna no Partido Comunista a respeito do reformismo proposto por Krushev. Basicamente, a cúpula stalinista do partido era resistente às mudanças propostas pelo novo líder. Além disso, o caráter extensivo dos planos quinquenais também passou a ser percebido como falhas no modelo. A imposição de metas a serem atingidas pelas fábricas, sem que as mesmas tivessem autonomia relativa para coordenar sua

produção, recaiam num permanente conflito entre qualidade e quantidade de produtos, resultando numa expressiva queda qualitativa da produção soviética. Os próprios veículos de comunicação do Estado e do PCUS, como o jornal *Pravda*, reconheciam que muitos bens de consumo eram obsoletos se comparados com os do Ocidente (INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS, 1964; REIS FILHO, 1983). Mediante a oferta cada vez maior de produtos de baixa qualidade, acabou por se organizar um "mercado paralelo" de bens de consumo produzidos em outros países, que adentravam o mercado soviético burlando a fiscalização governamental. Esta prática foi bastante recorrente entre as décadas de 1940 e 1970, com grande movimentação ao final dos anos de 1960 (HOBSBAWM, 1994).

Não obstante, no XXII Congresso do PCUS, estabeleceu-se uma espécie de plano de longo prazo à indústria, entre 1961 e 1980, cujo foco central era ultrapassar a produção estadunidense em alguns setores estratégicos. A prioridade à indústria pesada, então, seria mantida, perdurando mesmo após a derrubada de Krushev do poder.

Tabela 2 – Planejamento de longo prazo para a indústria

	Aço	Energia elétrica	Petróleo
1960	65,3	292.000	148
1980	250	3.000.000	720
Variação estimada	282,85%	927,4%	386,48%

Nota: Aço e petróleo em milhões de toneladas; energia em milhões de quilowatts-horas.

Fonte: Instituto para o estudo da URSS (1964).

Por fim, do ponto de vista das relações externas, foi durante o governo de Krushev que a URSS adotou a "doutrina de coexistência pacífica", alterando substancialmente a lógica da política externa adotada até então. Da Silva (2014) aponta que, durante a era Stálin, prevalecia na URSS o entendimento de que o mundo vivia na eminência de um novo conflito, que poderia se desencadear entre as nações capitalistas - como foram as Primeira e Segunda Guerra Mundial - e entre as nações capitalistas e socialistas. Todavia, a partir da década de 1950, o novo líder soviético passou a admitir que os dois sistemas poderiam operar conjuntamente, de modo que apostava na retomada das relações diplomáticas com os EUA.

No entanto, mesmo com a nova doutrina diplomática internacional, foi durante o governo Krushev que ocorreu a Crise dos Mísseis em Cuba, em outubro de 1962, quando mísseis soviéticos foram instalados em Cuba como retaliação à instalação de mísseis estadunidenses na Turquia, território próximo à URSS. Além disso, no mesmo ano, ocorreu a fracassada invasão na Baía dos Porcos, quando contra-revolucionários cubanos, apoiados pelos EUA, tentaram derrubar a Revolução Cubana que, também em 1961, se declarou socialista. Há de se destacar, também, a assinatura do Pacto de Varsóvia em 1955, basicamente em resposta à criação da OTAN pelos países ocidentais e capitalistas. Este pacto consistia em uma grande aliança militar do "bloco do leste", composto

basicamente por países socialistas emergentes e a URSS, abrindo espaço para o aumento da influência militar soviética em suas zonas de interferência.

No geral, a política de coexistência pacífica alcançou resultados opostos aos pretendidos. A eclosão de insurreições populares na Polônia e na Hungria - áreas de influência soviética - e a veemente crítica de países como a Albânia e a China sobre o caráter extremamente conciliador do governo Krushev - especialmente com o imperialismo estadunidense - desgastaram as relações da União Soviética com países aliados. De outro lado, as crises nas quais o bloco esteve envolvido apenas reforçavam conflitos já existentes, ao contrário de promover um ambiente diplomático mais pacífico.

Em suma, em seu controverso governo, Nikita Krushev tentou avançar em políticas que alterassem o *status quo* prevalecente na União Soviética, propondo não apenas a reformas políticas dentro do partido, mas também alterações no planejamento econômico e na diplomacia internacional. No entanto, a ala ortodoxa, que emergiu no governo de seu antecessor, impediu que mudanças radicais fossem efetivadas. “Toda tentativa de tornar a administração mais flexível e eficiente simplesmente a inchava e tornava mais indispensável.” (HOBSBAWM, 1994; p. 298).

Evidentemente, as causas do insucesso de seu governo também devem ser creditadas à Guerra Fria que, nitidamente, engessava o planejamento econômico, exigindo a alocação de maciços volumes de investimentos estatais na indústria pesada. Além disso, o fracasso na tentativa de desburocratização das decisões econômicas, que resultou não apenas em erros de coordenação e gestão ineficiente da planificação econômica, com a alternância de planos em curtos espaços de tempo, que impedia avanços maiores na economia soviética.

Após o golpe que Krushev sofre em 1964, Leonid Brejnev assume o poder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mantendo-se no poder até meados da década de 1980.

2. O governo Leonid Brejnev

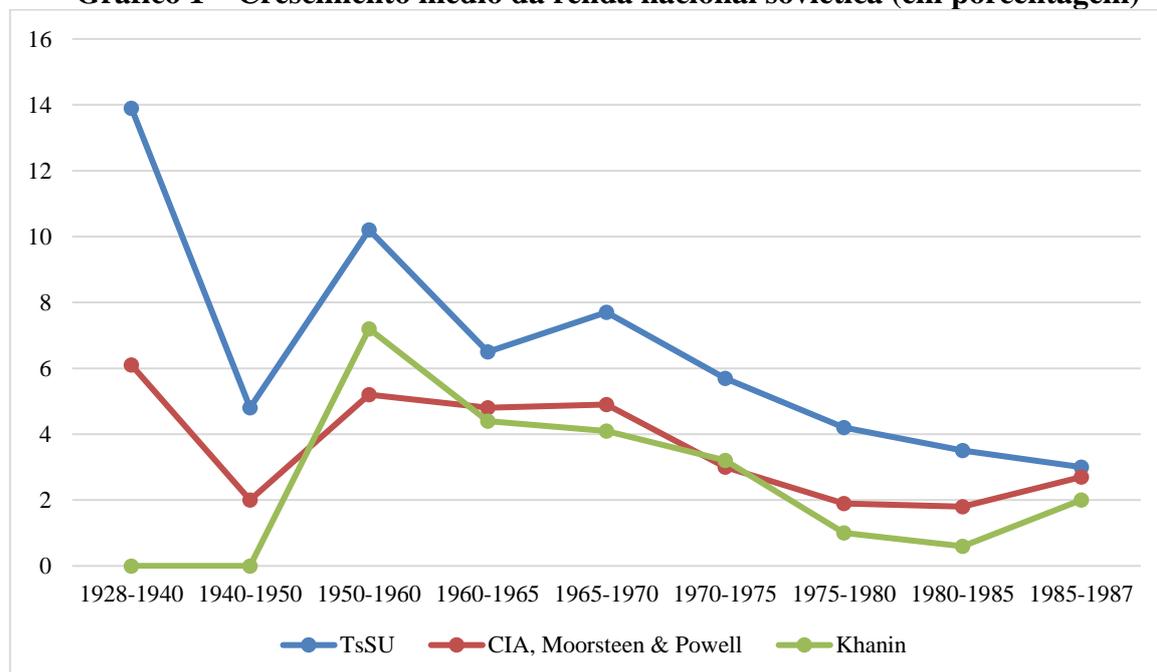
O período em que Leonid Brejnev esteve à frente da União Soviética foi de relativa complexibilidade, tanto na área econômica quanto na política. Nesse sentido, é possível afirmar que, apesar de alguns avanços da URSS, os limites e as contradições econômicas ficavam cada vez mais latentes e perceptíveis.

Ao contrário do que foi praticado em grande parte no período Krushev, a política externa do novo líder soviético era mais agressiva e influente, sendo chamada de “doutrina Brejnev” ou “doutrina da soberania limitada” (REIS FILHO, 2003). Dessa maneira, Brejnev recolocou os países socialistas e demais aliados próximos à União Soviética e sob sua influência, limitando assim possíveis mudanças radicais nessas nações, como na contenção da Primavera de Praga em 1968, na antiga Tchecoslováquia, e na interferência durante a Revolução Iraniana de 1979.

A forte ingerência do regime soviético foi mais presente durante as décadas de 1960 e 1970, período durante o qual diversos países latino-americanos, asiáticos e africanos – como Nicarágua, Vietnã e Etiópia – estavam passando por processos de libertação nacional e, para se oporem à dependência dos países capitalistas centrais, adotavam medidas econômicas centralizadoras, próximas e alinhadas com as de Moscou o que, inevitavelmente, os colocava sob sua órbita de influência. Arranjos diplomáticos importantes, como os SALT 1 e SALT 2⁴, “atestavam o papel de superpotência [e] conferiam à URSS grande poder de dissuasão e segurança contra a ameaça externa.” (RODRIGUES, 2006: 152-153).

Analisando-se o transcurso de todos esses acontecimentos, após a corrida espacial e os grandes avanços diplomáticos, bélicos e nucleares, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, a União Soviética alcança um patamar bastante respeitável e considerável mundialmente. No entanto, as limitações econômicas, que se fortaleciam à medida em que a Guerra Fria se estendia ao longo dos anos, colocavam em dúvida o verdadeiro limite da União Soviética no que se refere ao seu desenvolvimento e sua real capacidade de se manter como superpotência e grande influenciadora de outras nações.

Gráfico 1 – Crescimento médio da renda nacional soviética (em porcentagem)



Nota: Para Khanin, os períodos 1928-1940 e 1940-1950 são referentes a 1928-1941 e 1941-1950, respectivamente.
 Fontes: Harrison (1993).

⁴ SALT 1 e 2 foram acordos de limitação nuclear entre URSS e Estados Unidos. Mesmo que no governo Brejnev este tenha dado ênfase maior ao armamento convencional se comparado ao nuclear (DA SILVA, 2014), a União Soviética na década de 1970 alcança a paridade nuclear em relação ao rival estadunidense (RODRIGUES, 2006).

Como pontuado na seção anterior, desde o período Stálin havia um grande descompasso entre a indústria pesada e agricultura, além do baixo progresso da indústria leve, principalmente na produção de bens de consumo. Ademais, a demanda por serviços não estava sendo atendida adequadamente pelo planejamento econômico em vigor. Em suma, estes gargalos resultaram na diminuição do crescimento econômico soviético, agudamente presente no pós-guerra, o que é conhecido na literatura, como Reis Filho (2003), Rodrigues (2006) e Mikhailova (2011) apontam, como a “era da estagnação”. Os dados do gráfico 1 permitem perceber a flutuação do crescimento econômico soviético a partir do comportamento da renda média nacional, que decresce até meados da década de 1940 – possivelmente, como reflexo da Segunda Guerra Mundial – e volta a crescer até meados da década de 1950, quando sofre nova queda, que se mantém até meados dos anos 1960.

Assim, a partir dos dados do gráfico, podemos indicar que, durante o governo Brejnev – que se estende de 1964 a 1982 – há uma nítida tendência de queda da dinâmica econômica. A dinâmica da taxa de investimento da economia nos ajuda a compreender tal resultado. De acordo com Mikhailova (2011), a taxa de investimento teve comportamento similar ao crescimento econômico⁵, crescendo às taxas de 7,3%, 6,7% e 3,7% nos períodos de 1965-1970, 1970-1975 e 1975-1980 respectivamente. O crescimento cada vez menor da taxa de investimento era indicador da redução dos investimentos públicos na economia. No entanto, importa ressaltar que, durante este período, os países capitalistas centrais também enfrentavam uma onda de desaceleração econômica, dando indícios do fim dos “anos dourados” pelo esgotamento do modelo de Estado de Bem Estar Social.

Outros aspectos que permitem compreender de maneira mais clara a desaceleração do período foram os dois choques do petróleo, ocorrido durante a década e 1970, que promoveram elevação abrupta dos preços do petróleo. De imediato, esses choques exógenos foram benéficos para a URSS, grande produtora mundial de petróleo. Mas, ao mesmo tempo, gerou maior dependência do bloco soviético frente ao ocidente.

Para a URSS, de uma hora para outra, as exportações de petróleo de antigas e novas jazidas descobertas ajudavam a carrear facilmente bilhões de dólares para dentro do país. Isso fez crescer sua integração econômica e comercial com o Ocidente, mas também sua dependência e exposição às ondas da tecnologia e de mercadorias baratas do mercado mundial. Entre 1970 e 1980, as exportações soviéticas para as economias capitalistas centrais subiram de menos de 19% para 32% [...] (RODRIGUES, 2006; p. 155 e 156).

A maior entrada de divisas, em decorrência dos choques, permitiu a melhoria do padrão de vida dos soviéticos, por conta do maior volume de importações, principalmente de cereais e bens de consumo.

⁵ De acordo com os dados da TsSU – Administração Estatística Central –, que era o principal órgão estatal de elaboração de dados da União Soviética.

Apesar das taxas declinantes de crescimento econômico, o final da década de 1970 e início da de 1980 foi o período em que os soviéticos usufruíram o padrão de vida mais alto de sua história. O segredo desse paradoxo foi a crise do petróleo da década de 1970, em que o preço dessa mercadoria foi ao espaço (mais exatamente quadruplicou). A URSS era riquíssima em petróleo e um dos maiores produtores mundiais desta e de outras matérias-primas cujos preços subiram. Outro fator foi que a exportação de armas da URSS, que antes era feita a preços baixos ou subsidiados a movimentos de liberação do Terceiro Mundo ou a países amigos, a partir dos anos 1970 passou a ser feito em dólares e a preços de mercado principalmente para os países árabes novos-ricos (SEGRILLO, 2012; p. 236).

No entanto, a aparente melhora no consumo das famílias soviéticas ocultava os limites do próprio modelo econômico em vigência. Após o segundo choque do petróleo, muitos países passaram a investir em fontes de energia alternativas e mais baratas, na tentativa de reduzir a dependência do petróleo. Com essa mudança no cenário internacional, ao longo da década de 1980, a produção petrolífera na URSS começou a apresentar quedas graduais (RIEGER, 2015). Assim que a queda do preço do petróleo, a partir dos anos 1980, somada à queda da demanda, à elevação dos custos de produção e à dificuldade de elevação da produtividade – todos eles em um cenários de extrema dependência do setor para a dinamização da atividade econômica – começaram a colocar em cheque a posição da URSS como uma potência mundial.

Esse conjunto de acontecimentos seriam responsáveis por dois problemas a serem enfrentados pelo URSS ao longo dos anos 1980. Em primeiro lugar, a reprimarização da economia soviética. Com a gradual defasagem qualitativa dos produtos soviéticos frente aos ocidentais, a URSS passa a importar cada vez mais bens de consumo e, como contrapartida, intensifica a produção e exportação de *commodities*, tais como o petróleo e o gás natural. Assim, a participação das *commodities* na pauta de exportação da União Soviética para os países ocidentais, na década de 1980, chegou a 90%⁶. Por outro lado, apesar de exportar uma quantidade expressiva de petróleo e derivados - sendo a partir de 1976 a maior produtora de petróleo do mundo - havia custos relevantes envolvidos neste processo. Mais de 80% das grandes reservas estavam no Extremo Oriente e Sibéria, enquanto 70% da população se concentrava na região europeia da URSS. Logo, o deslocamento de máquinas obsoletas, equipamentos e trabalhadores⁷ requeria o investimento expressivo de recursos (RODRIGUES, 2006), em um período no qual as taxas de crescimento estavam caindo, tal como as de investimento.

Em segundo lugar, a difusão do processo de globalização resultava numa maior interação entre países do campo socialista e os países capitalistas, especialmente no campo econômico e para a aquisição de produtos não ofertados pela URSS. Não obstante, com o choque dos juros em 1980,

⁶ “Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia (isto é, petróleo e gás).” (HOBSBAWM, 1994; p. 456 e 157).

⁷ Reis Filho (2003) aponta que, na década de 1980, cerca de 40% da população urbana economicamente ativa possuía ou o segundo grau completo ou o ensino superior completo. Dessa forma, com uma quantidade significativa de trabalhadores qualificados (quase 32 milhões), estes passaram a exigir remunerações mais elevadas, sendo também uma das explicações lógicas na alta dos custos de produção.

nações como Polônia e Hungria, além dos países do Terceiro Mundo que mantinham relações com os soviéticos, se endividaram frente ao ocidente, dificultando ainda mais suas interações com a URSS, que fornecia a elas produtos de maior valor agregado, como maquinários e armamentos (RODRIGUES, 2006; p. 156). Além disso, vale lembrar que, especialmente durante o governo Brejnev, a União Soviética passou a sofrer um boicote econômico mais severo, por pressão dos Estados Unidos, principalmente no que se refere ao acesso às divisas internacionais que eram provenientes do petróleo e gás natural.

O bloqueio ao acesso soviético às moedas internacionais e, essencialmente, ao dólar constituía parte importante da estratégia dos Estados Unidos, o que incluía necessariamente um grande engajamento na política do petróleo, na medida em que os soviéticos eram grandes produtores (MEDEIROS, 2011, p. 20).

É neste contexto que reformas de caráter liberalizante são implementadas com o objetivo de superar os entraves existentes, em especial os referentes ao setor produtivo. A primeira dessas reformas ocorreu em 1965, cujos principais objetivos eram:

1. ampliação da autonomia e iniciativa das empresas, tanto na elaboração dos planos, quanto na sua execução;
2. introdução da autonomia financeira integral das empresas e ampliação dos seus direitos nesta base;
3. reforço e ampliação dos contratos econômicos entre as empresas;
4. estabelecimento do lucro como critério central para determinar a eficiência empresarial (tornando-se, portanto, o principal objetivo da produção das empresas) junto com o reforço de outras 'alavancas econômicas' como o preço, o crédito, os salários, os prêmios, os pagamentos-rendas, etc.;
5. reforço e ampliação dos poderes dos diretores de empresa (inclusive na determinação de cortes de mão de obra visando o aumento da eficiência econômica), com diminuição do número e volume de índices determinados pelas 'instâncias superiores (FRANCISCON, 2013, p. 17-18).

O que diferencia esta mudança em relação a realizada no governo anterior é que, agora, o nível de liberdade econômica se dá no âmbito microeconômico, ou seja, no nível da empresa, ampliando a autonomia para a gestão interna dos recursos. Com Nikita Kruschev, a maior liberdade se dava no âmbito regional, isto é, no tocante às políticas macroeconômicas. Para além desta reforma, o repasse de porcentagens dos lucros das empresas para instâncias estatais foi substituído por um imposto sobre capital fixo. Essa reforma contribuiu para elevar os recursos próprios das empresas para a tomada de decisões que, se antes eram na magnitude de 20%, passaram a cerca de 35% em 1970 (MIKHAILOVA, 2011).

Segundo Franciscon (2013), a reforma de 1965 acarretou em dois problemas. Em primeiro lugar, o aumento da autonomia das empresas e a redução da fiscalização por parte dos órgãos superiores do estado resultou na formação de uma rede de corrupção, com desvio de insumos e

produtos para o mercado paralelo, que acabou por se firmar como fonte alternativa de rendimento para as empresas. Em segundo lugar, a mesma autonomia permitiu com que parte dos lucros – da ordem de 20% - não fosse convertido em novos investimentos, mantendo a dependência das empresas em relação ao sistema bancário soviético.

Por essa razão que, em 1979, uma nova reforma foi proposta, como tentativa de superar a desaceleração econômica. A partir dessa reforma, os incentivos estatais fornecidos às empresas seriam concedidos não mais a partir do total produzido, mas a partir da contabilização das vendas de cada empresa. (SEGRILLO, 2012). Nesse sentido, haveria uma reformulação interna das fábricas na gestão da produção para que os benefícios fossem resgatados e, dessa forma, estimulá-las-ia a sempre inovarem, já que as formações de estoques não seriam contabilizadas nas metas estipuladas pelo plano quinquenal. No entanto, todas essas mudanças de planejamento econômico deveriam ser realizadas no âmbito dos conglomerados industriais, já que alguns trustes detinham o monopólio da produção de certas mercadorias (FRANCISCON, 2013; MIKHAILOVA, 2011). No entanto, tal reforma não obteve êxito, especialmente por ter enfrentado uma grande resistência interna do PCUS.

Evidentemente, o engessamento e o caráter hierárquico da rede de planejamento econômico eram problemas latentes na União Soviética, que vieram a formar desequilíbrios estruturais em todo o sistema. A população soviética se sentia desmotivada, e todo o orgulho do imediato pós-guerra estava praticamente se esgotando. A excessiva centralidade e burocracia partidária, que estipulava metas inalcançáveis, exigia um grande esforço para cumpri-las (RODRIGUES, 2006). Ademais, mesmo com a mudança de paradigma decorrente da crise do Estado de bem-estar social no ocidente e ascensão da doutrina neoliberal, o mundo capitalista vivia sua terceira Revolução Industrial, o que aumentava ainda mais o desejo dos soviéticos de acessar o padrão de consumo destes países. Todavia, as tentativas de reformulações liberalizantes nos governos Krushev e Brejnev não conseguiam superar as limitações e tampouco elevar as taxas de crescimento, colocando o bloco soviético em uma situação de esgotamento de seu modelo econômico e, inevitavelmente, de formulação de planos.

Leonid Brejnev morreu no ano de 1982, em um momento de decadência econômica da União Soviética e de ampla necessidade de reformas corretas para superar os problemas estruturais. Até o ano de 1985, a URSS teve dois homens à frente de seu comando – Yuri Andropov (1982-1984) e Konstantin Chernenko (1984-1985). Em 1985, Mikhail Gorbachev assume o comando da União Soviética até a sua dissolução, em 1991. É em seu governo que serão promovidas as mudanças mais radicais para tentar preencher as grandes lacunas do modelo soviético de planejamento, tanto no âmbito político quanto no econômico.

3. O governo Mikhail Gorbachev

O período que compreende os anos de 1985 a 1991 foi crucial para entender de maneira mais contundente a desintegração da URSS. Sob o governo de Mikhail Gorbachev, o agravamento de crises generalizadas nas esferas política, econômica e internacional ajudou a concretizar uma complexa realidade dentro do bloco soviético. No entanto, não se pode compreender as crises soviéticas isoladamente, nem tampouco restritas ao socialismo real. A nova reinserção internacional dos países capitalistas, resumida à crise do Estado de bem-estar social e a ascensão do neoliberalismo, também são relevantes para entender o contexto histórico e elaborar justificativas razoáveis que explicam a queda da União Soviética em 1991.

Em linhas gerais, os “anos dourados” do capitalismo, iniciados no pós-II Guerra, estavam chegando ao fim, desaguando para uma crise produtiva e financeira de todo o sistema. Algumas das críticas neoliberais estavam centradas em uma suposta presença excessiva do Estado na economia, tecendo argumentos de que processos de privatizações deveriam ocorrer para enxugá-lo e, com isso, as dívidas externas dos países subdesenvolvidos seriam atenuadas e a eficiência econômica seria reestabelecida a partir de uma maior internacionalização e livre mobilidade de capitais. Além das transformações do sistema capitalista como um todo e suas novas características, os sistemas políticos dos países em geral também experimentavam mudanças significativas. As ditaduras militares instaladas na América do Sul passavam por processos acelerados de desgaste, a partir das demandas dos movimentos sociais por maiores liberdades democráticas. No mundo socialista, um cenário bastante parecido se instalou na Polônia, com o crescimento do movimento sindical Solidariedade na década de 1980, que veio a derrubar o regime socialista (RODRIGUES, 2006).

De fato, o cenário econômico internacional nas décadas de 1970 e 1980 era de desaceleração. Rangel (1990), a partir de uma abordagem com ciclos de Kondratiev⁸, aponta que, após a Segunda Guerra Mundial, viveu-se um período de expansão do capitalismo – a fase A do ciclo, que vai de 1958 a 1973 – que começa a dar sinais de esgotamento na fase subsequente – a fase B, que vai de 1973 a 1988. Ainda que essa estagnação não tenha sido generalizada, os dados da tabela 3 nos permitem perceber que também o bloco soviético passou por uma fase de desaceleração no período.

Tabela 3 – Produção industrial (crescimento médio ao ano, em %)

Países	Fase A (1958-1973)	Fase B (1973-1988)
Mundo capitalista	6,3	2,1
COMECON	9,3	4,8
União Soviética	8,5	4,6
Estados Unidos	5,2	2,7

Fonte: Rangel (1990).

⁸Este termo, basicamente, se refere às flutuações cíclicas que o sistema capitalista sofre ao longo dos anos. Com uma duração entre 30 a 50 anos, aproximadamente, a economia dos países passa por momentos de bonança (fase “A”) e de declínio econômico, designado por fase “B”.

Segundo as estatísticas oficiais, durante o período entre 1980 e 1985, a taxa de crescimento da renda nacional soviética foi, em média, 3,5% ao ano. Ademais, a taxa de investimento permaneceu na mesma magnitude do quinquênio 1976-1980, em 3,7% (MIKHAILOVA, 2011). Portanto, as mudanças de política econômica promovidas no governo Brejnev não surtiram os efeitos desejados. Pensava-se que rupturas mais profundas, que afetassem a superestrutura e a infraestrutura, pudessem viabilizar a retomada do crescimento econômico, que certamente já havia atingido seu esgotamento.

Por tais razões, a chegada de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985 vinha acompanhada de promessas de mudanças radicais na forma de se solucionar os problemas econômicos e sociais. A própria cúpula do Partido Comunista reconhecia que a situação da URSS era alarmante e exigia transformações urgentes. Talvez essa seja a razão central para a escolha de Gorbachev – com perfil político relativamente distinto dos comandantes anteriores – para ocupar o posto de secretário-geral da URSS:

Primeiro, a crescente e cada vez mais escancarada corrupção da liderança do Partido Comunista na era Brejnev não podia deixar de indignar o setor do partido que ainda acreditava em sua ideologia, mesmo do modo mais oblíquo. (...) (...) Segundo, as camadas educadas e tecnicamente competentes que mantinham de fato a economia soviética funcionando tinham aguda consciência de que sem uma mudança drástica, na verdade fundamental, ela iria inevitavelmente afundar mais cedo ou mais tarde, não apenas por causa da inata ineficiência e inflexibilidade do sistema, mas porque a fraqueza era agravada pelas demandas de status de superpotência militar, que não podia ser sustentado em uma economia em declínio. (HOBSBAWM, 1994, p. 463-464).

Os grandes problemas econômicos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas podem ser resumidos aos seguintes pontos: *i*) o esgotamento do modelo extensivo de crescimento, que levava em conta somente adição de matérias-primas, força de trabalho e maquinários; *ii*) o grande grau de hierarquização para a tomada de decisões, mesmo com as reformas descentralizantes dos períodos Krushev e Brejnev; *iii*) a incapacidade das reformas microeconômicas empreendidas de ampliar o grau de produtividade das empresas, permitindo o cumprimento das metas estabelecidas; *iv*) a conjuntura da Guerra Fria, que impunha a necessidade de uma alta produção de armas e de um exército consolidado para combater as ameaças externas⁹; *v*) a baixa difusão tecnológica, para outros setores econômicos, das inovações empreendidas para a indústria pesada, armamentista e espacial, provocando diferenciais de produtividade entre os setores produtivos; *vi*) o processo de reprimarização que se desencadeou durante as décadas de 1970 e 1980, afetando negativamente a balança comercial soviética e provocando uma forte dependência na produção de petróleo e gás; e *vii*) perda de mercados durante o processo de internacionalização do capital produtivo e financeiro.

⁹ Para efeito de comparação, em 1985, 6% do PIB dos EUA eram compostos de gastos militares, enquanto que, na URSS, essa porcentagem era na magnitude de 13%. Mesmo com o PIB menor, a União Soviética gastava mais em termos absolutos do que os EUA (RODRIGUES, 2006). Os valores desses indicadores estão em dólares.

Nesse cenário, o governo Gorbachev ficou marcado por suas duas principais políticas: a de transparência - a *Glasnot* - e a de reestruturação - a *Perestroika*. Essas políticas, a princípio pensadas para salvar o socialismo na URSS, contribuíram para a aceleração do processo de esfacelamento do bloco soviético. Evidentemente, havia mais um conjunto de acontecimentos que floresceram no período que, correlacionados às políticas de Gorbachev, permitem explicar com maior propriedade o fim da União Soviética.

3.1 *Glasnot*: primeiros avanços

Como o comportamento de Gorbachev frente às relações internacionais era agradável às potências capitalistas, tendo como maior exemplo o amplo programa de desarmamento nuclear, a correlação de forças externas, principalmente estadunidenses, pendiam nitidamente ao aprofundamento das reformas econômicas e políticas – mesmo que viessem transfiguradas para a retomada do sistema capitalista. A União Soviética, nesse sentido, se via pressionada pelas demandas internacionais, muito por conta do boicote econômico que se intensificou no governo Brejnev ao acesso de divisas, quase que exclusivamente oriundas do petróleo e gás natural, principais produtos exportados pelo bloco socialista, sem contar no processo de internacionalização dos capitais produtivo e especulativo que se desenrolava naquele momento.

O primeiro lampejo relevante da *Glasnot* aconteceu após 26 de abril de 1986, quando houve a explosão nuclear de Chernobyl na República Soviética da Ucrânia. Para dar alicerce a nova realidade política que se instalava no bloco soviético, o desastre foi à época bastante divulgado pelo próprio governo, “ao contrário da lógica stalinista [referindo-se à ocultação e grandes segredos de Estado praticados anteriormente]” (RODRIGUES, 2006, p. 222). Ademais, esse acidente dava maior visibilidade ao mundo acerca da própria infraestrutura e da situação econômica da União Soviética, de modo que “[a] explosão de Chernobyl abalava não só a imagem da URSS no mundo, mas também a autoridade do setor mais conservador da burocracia e de seu discurso sobre as conquistas e a força do socialismo, no qual se apoiava.” (RODRIGUES, 2006, p. 223). Procurando extrair vantagens políticas do processo, Gorbachev denunciava Chernobyl com a síntese da modernidade problemática e inacabada da União Soviética (REIS FILHO, 2003).

No entanto, o avanço da *Glasnot* era limitado. O governo, tendo como grande exemplo o caso polonês de rebeldia e aclamações calorosas por mudanças, inteligentemente não radicalizou a “transparência”. A princípio, mesmo com os avanços na liberdade de imprensa, inclusive com legislações específicas após o acidente em Chernobyl, o sistema unipartidário ainda permanecia e a política da *Glasnot* era conduzida gradualmente pela burocracia justamente para que, a curto prazo, não houvesse um caos social (CANO, 2000; RODRIGUES, 2006).

O acidente nuclear abriu espaços para que medidas econômicas concretas avançassem, haja vista que a tragédia de Chernobyl era a personificação do atraso do qual a União Soviética estava enfrentando. Seguiu-se a partir de então, que

[em] novembro de 1986, o trabalho individual privado, já existente no mercado informal [ou paralelo], foi reconhecido e regulamentado [para entrar em funcionamento em maio do ano seguinte]¹⁰. Seis meses depois, aprovou-se um estatuto autorizando a existência de cooperativas autônomas. Entre outros objetivos, tinha a perspectiva de conferir dinamismo aos *kolkhozes*, sempre muito dependentes e controlados pelo Estado. (REIS FILHO, 2003, p. 139).

Grosso modo, o trabalho individual privado, que já era recorrente no mercado paralelo, foi legalizado, sendo uma nítida tentativa de dinamizar a economia e tentar combater os grandes desvios, subornos e corrupção presentes nesse mercado, principalmente no setor de serviços, que sempre foi débil na União Soviética.

Os camponeses das cooperativas, além de ganharem autonomia, também ganharam o direito de cultivar em porções do lote para fins privados, podendo vender e consumir os alimentos e gados. Essa medida, todavia, relembra os tempos da Nova Política Econômica, onde se ampliou a desigualdade social no campo a partir do cultivo privado e da grande especulação de preços e estoques àquela época. Apesar do perigo iminente, os camponeses ganharam estímulos à produção e era justamente a iniciativa privada que, ao longo de toda a história da União Soviética, era mais produtiva.

3.2. A *Perestroika* e o fim do bloco soviético

Mediante os diagnósticos apontados que é proposta a implementação da *Perestroika* que, basicamente, tinha 4 objetivos: promover a transição do desenvolvimento extensivo para o intensivo; alcançar o bem-estar do povo soviético; realizar reformas radicais nos mecanismos econômicos; e democratizar a autogestão das empresas. O primeiro desses objetivos era o mais emergencial, levando em conta a própria conjuntura internacional de transformações econômicas. Entendia-se que a partir de uma ruptura radical para um novo padrão de acumulação, a União Soviética iria retornar às altas taxas de crescimento de décadas anteriores. Logo, “[o] conceito de aceleração implica a passagem para uma nova qualidade de crescimento da economia soviética.” (AGANBEGUIAN, 1987, p. 18). Como o padrão soviético de crescimento era, resumidamente, proveniente pelo simples aumento de insumos, mão de obra e maquinários, sem necessariamente haver uma preocupação com a maneira que seriam utilizados, “[depois] do nono quinquênio (1971-1975), (...) o aumento de recursos

¹⁰ “Autorizava a atividade profissional individual, desde que não se contratassem assalariados.” (RODRIGUES, 2006, p. 223)

começou bruscamente a reduzir-se. O aumento da mão de obra diminuiu em três a quatro vezes porque o país entrou numa baixa demográfica, reflexo da guerra.” (AGANBEGUIAN, 1987, p. 22).

No tocante à elevação do bem-estar da população, era fundamental ao novo governo a diminuição de gastos com a indústria bélica e de defesa nacional¹¹, para que o novo padrão de acumulação permitisse a alocação de recursos para outros setores produtivos, especificamente bens de consumo e agricultura. Ademais, setores como saúde, educação e habitação, além da campanha contra o alcoolismo, deveriam ganhar prioridade. Nos tocante aos dois últimos aspectos, as críticas acentuadas ao caráter hierárquico e burocrático do sistema econômico apontavam para a necessidade de maior grau de autonomia para as empresas gerirem seus recursos, definir preços e salários, livre escolha de fornecedores, entre outros. Também aclamava para uma maior participação dos trabalhadores nos rumos econômicos e políticos.

Em sua primeira fase, as medidas eram generalizadas e quase não se diferenciavam do que havia sido realizado durante os governos Krushev e Brejnev. A prioridade da *Perestroika* nesse momento era dar maior autonomia às empresas, de maneira que a propagação de inovações tecnológicas fosse acelerada e a descentralização finalmente se concretizasse (MEDEIROS, 2011). Com isso, ficava cada vez mais nítido que, mesmo com um bom diagnóstico da realidade econômica soviética, os caminhos para solucionar os problemas eram dúbios: “No entanto, em relação a reformas concretas, parecia haver uma certa hesitação. (...) O autor limitava-se a propor uma sociedade ideal: produtiva, pacífica, justa, livre e democrática. (...) o texto não apontava propostas de políticas concretas, legislações específicas, (...)” (REIS FILHO, 2003, p. 136-137). Os resultados econômicos nesse período não foram satisfatórios, o que sustenta a precariedade de resoluções concretas.

Como não havia clareza nas propostas de mudança, a economia não conseguiu engrenar. A taxa média de crescimento no período entre 1985 e 1987 foi entre 1,83% e 3%¹², se mantendo inferior a períodos anteriores. Em circunstância dos resultados apontados, a cúpula partidária que havia apoiado a ascensão de Gorbachev começou a dividir-se em dois grandes blocos: os reformistas – favoráveis à continuação da *Perestroika* - e os conservadores – críticos a seus resultados e, portanto, favoráveis a seu fim. Diante dessa ruptura dentro do Partido Comunista, restava a Gorbachev a oposição ao bloco conservador, de maneira que as mudanças pretendidas para os anos seguintes fossem levadas adiante.

Como a atividade econômica não deu sinais contundentes de melhoras, o acirramento das disputas internas no Partido Comunista conduziu Gorbachev a uma tentativa de radicalizar a

¹¹ “(...) as propostas concretas conciliatórias no âmbito das relações internacionais: moratória unilateral dos testes nucleares, redução imediata de 50% dos armamentos estratégicos e dos mísseis de alcance médio, liquidação, até o ano 2000, de todas as armas nucleares, diminuições igualmente radicais dos armamentos e tropas convencionais.” (Reis Filho, 2003; p. 136).

¹² Sobre as estatísticas citadas: 1,83% foi uma média extraída de Segrillo (2012) e se refere ao Produto Material Líquido (PML); Harrison (1996) apontou uma taxa de 3% no mesmo período, segundo estatísticas oficiais (TsSU).

Perestroika. Em janeiro de 1988, entrou em vigor uma lei que concedia às empresas total autonomia para fixação de preços, salários, retenção de uma maior parcela do excedente e escolhas de fornecedores. As empresas que não obtivessem lucros teriam que fechar, pois não receberiam auxílio estatal para continuarem em operação. No entanto, segundo Segrillo (2012), criou-se uma onda generalizada de desajustes dentro das empresas, não apenas pela abolição das metas – que dificultavam a gestão de insumos e produtos finais – mas também pela utilização indevida do excedente que, ao contrário de ser reinvestido na empresa, por vezes era utilizado para elevar salários da gerência, promovendo uma especulação de recurso via retenção de estoques (MEDEIROS, 2011).

A queda do preço internacional do petróleo em 1986 e a menor entrada de divisas na União Soviética – fundamentais para a aquisição de relevantes insumos importados para a efetivação do modelo intensivo de produção – prejudicou a implementação desse modelo, da forma como pretendida pela cúpula do partido. Ademais, a URSS era dependente da compra de alimentos no comércio internacional, já que sua agricultura sempre enfrentou dificuldades de desenvolvimento. Não obstante, atrelado a este fato, as reformas no campo foram desastrosas: “Em 1988, a colheita de cereais alcançou 195 milhões de toneladas, quase 20% a menos do que em 1978, dez anos antes. (...) O racionamento da carne atingia oito das quinze repúblicas e 26 regiões na Federação Russa.” (REIS FILHO, 2003, p. 145-146).

Dado o cenário econômico caótico em que nada se resolvia, algumas manifestações nas repúblicas soviéticas surgiram entre fins de 1986 e início de 1988, especificamente no Cazaquistão, Bálticos, – Estônia, Letônia e Lituânia – Moldávia, Armênia e Azerbaijão. Ainda que essas eclosões não fossem explicitamente de caráter nacionalista, elas preocupavam as autoridades soviéticas e já indicavam a perda de controle do Partido (REIS FILHO, 2003). No plano interno, a cúpula conservadora do Partido contestava cada vez mais as políticas adotadas por Gorbachev. A forma encontrada para articular esses desgastes políticos foi a convocação de uma conferência do Partido Comunista em junho de 1988, no intuito de debater as possíveis saídas plausíveis àquele contexto de crise política e econômica. Sugeriu-se então a eleição que aconteceria em março de 1989 do Congresso dos Deputados do Povo, com 2250 deputados, eleitos por três frentes:

(...) um primeiro terço seria eleito por todos os cidadãos, (...) um outro terço seria escolhido, proporcionalmente, pelas diferentes nações soviéticas. Finalmente, um último terço seria designado por determinadas instituições: o Partido Comunista, os sindicatos, as instituições acadêmicas, as organizações populares, etc. (REIS FILHO, 2003, p. 143)

Na prática, estava em curso a desvinculação do PCUS com o Estado, que perdia gradualmente as suas ações para ceder lugar a uma estrutura autônoma de poder. Em outras palavras, pode-se dizer que o monopólio do Partido Comunista era destruído (RODRIGUES 2006), inclusive porque as candidaturas que iriam surgir poderiam ser “independentes”, isto é, sem vinculações partidárias. No

entanto, esse arranjo político e institucional em curso na União Soviética conferia maiores poderes ao presidente, Mikhail Gorbachev, de governar por decretos. Mesmo que a maioria dos deputados ainda fosse do PCUS, havia uma bancada no congresso de oposição composta pelas candidaturas independentes, que claramente possuía uma guinada à direita – ou seja, de defesa do regresso ao modo de produção capitalista (SEGRILLO, 2012). Gradualmente, economistas e políticos passavam a defender a completa privatização da economia, influenciados por especialistas estadunidenses e britânicos, cujas opiniões “(...) não se baseavam em algum conhecimento do que de fato se passava na economia soviética.” (HOBSBAWN, 1994, p. 477).

Entre meados de 1989 e final de 1990, a maior parte dos países do bloco socialista começou a entrar em crise, especificamente porque seus respectivos sistemas econômicos começaram a entrar em colapso. Entre esses países, pode-se destacar a Hungria, Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Albânia e a República Democrática Alemã. O golpe final à União Soviética foi a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 e a nítida orientação dos alemães para a reunificação do país. Mesmo com o cenário socialista internacional altamente desfavorável à URSS e com ampla divulgação midiática, Gorbachev ganhava prestígio no Ocidente, com a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em 1989, dando claros sinais de uma nova política de paz. Em contrapartida, sua reputação interna caía acentuadamente, pois a União Soviética aos poucos perdia seu *status* de superpotência – pela impotência diante da queda do socialismo real europeu – e pela conturbada conjuntura econômica e política.

O desmoronamento dos países socialistas foi um dos elementos fundamentais para fomentar movimentos nacionalistas nas repúblicas soviéticas. Dessa vez, as manifestações já indicavam claros sinais do caráter nacionalista e com apoio direto dos reformistas, no intuito de enfraquecer ainda mais o poder central e, evidentemente, os conservadores. Isso se refletiu no apoio dos reformistas das repúblicas aos movimentos nacionalistas e nos próprios planos quinquenais que, em 1989, pela primeira vez não foram elaborados (HOBSBAWM, 1994). Assim que o quadro geral de desarticulações políticas e econômicas se explicitava cada vez mais ao final da década de 1980, de modo que os acontecimentos que se sucederam criaram condições reais para que a desintegração do bloco soviético se efetivasse.

Já em meados de 1989, algumas repúblicas se arriscaram na declaração de independência:

nos países bálticos, na Ásia central, no Cáucaso, até mesmo na Rússia e nas duas outras nações eslavas (Ucrânia e Bielorrússia), consideradas o núcleo básico de sustentação da União Soviética, os parlamentos nacionais proclamavam a própria soberania em relação ao poder central da União, ou seja, a primazia das leis nacionais sobre as leis soviéticas. (...) Surgiu então, no segundo semestre de 1990, a ideia da formulação de um novo pacto federativo, uma União das Repúblicas Soberanas, em que, sintomaticamente, já não apareciam mais as menções ao socialismo (...) (REIS FILHO, 2003, p. 152).

Com a iminente ameaça de desmoronamento do bloco soviético, ao final de 1990, Gorbachev nomeia para importantes cargos do governo membros do partido ligados à ala conservadora. Nesse cenário, ganhou destaque Boris Yéltsin, ex-membro da PCUS e então líder da ala reformista, que defendia veementemente a restauração do capitalismo na Rússia. Nas eleições diretas para a presidência da República Russa, realizadas em junho de 1991, Yéltsin foi eleito em primeiro turno, o que lhe deu mais forças para combater o socialismo real (REIS FILHO, 2003). E, na medida em que a popularidade interna de Gorbachev caía, Yéltsin ganhava mais prestígio entre os soviéticos, sendo o personagem fundamental para a dissolução da URSS.

O que se desdobrou após a proposição de um novo pacto federativo foi a formulação do “Tratado da União¹³” em abril de 1991, que “pretendia preservar a existência de um poder federal central (com um presidente federal eleito diretamente) no comando das Forças Armadas, da política externa, da coordenação da política financeira e das relações econômicas com o resto do mundo.” (HOBSBAWN, 1994, p. 478). No entanto, um dia antes do tratado entrar em vigência, houve uma tentativa de golpe liderada pela ala conservadora do partido que, após afastarem Gorbachev, formaram o Comitê de Emergência e ocuparam o centro de Moscou com tanques. O principal objetivo desse movimento era de evitar a dissolução da União Soviética. Liderando o movimento de contra-golpe com amplo apoio externo e da mídia, Yéltsin conseguiu refrear o movimento golpista que, sem o apoio das demais repúblicas – com exceção do Azerbaijão – foi desmantelado dois dias depois (HOBSBAWM, 1994; REIS FILHO, 2003; RODRIGUES, 2006).

Esse acontecimento foi decisivo para que Boris Yéltsin ganhasse mais força política, acelerando o processo de desintegração do bloco e contribuindo para que os processos de independência das repúblicas ocorressem sem a contraposição de grupos que ainda defendiam a manutenção da URSS.

Estônia (20 de agosto), Letônia (21 de agosto), Ucrânia (24 de agosto), Bielorrússia (25 de agosto), Moldávia (27 de agosto), Cazaquistão e Quirguistão (28 de agosto), Azerbaijão (30 de agosto), Uzbequistão (31 de agosto), Tajiquistão (9 de setembro), Armênia (21 de setembro) e Turcomenistão (26 de outubro) (REIS FILHO, 2003; p. 154).

Aproveitando-se do momento e estimulando cada vez mais os movimentos separatistas, no início de dezembro Yéltsin, juntamente com os líderes da Ucrânia e Bielorrússia, anunciou a fundação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), com participação de 11 das 15 antigas repúblicas¹⁴. Com a União Soviética extinta, mesmo que não formalmente, restou a Mikhail Gorbachev renunciar em 25 de dezembro de 1991, decretando o fim da maior experiência socialista do século XX.

¹³ Com exceção dos Bálticos, Moldávia, Geórgia e Quirguistão.

¹⁴ Com exceção da Geórgia e dos Países Bálticos.

Considerações finais

Após a Guerra Civil de 1921 e a completa consolidação da Revolução Russa, o Partido Comunista começou a implementar os esquemas de planejamento econômico na União Soviética. Iniciado com a Nova Política Econômica de Lênin, o planejamento soviético ganharia forma, de fato, com os Planos Quinquenais de Stálin que, entre as décadas de 1920 e 1950, transformaram a região em uma potência hegemônica internacional, que passava a disputar territórios e zonas de influência, dos pontos de vista político, econômico e ideológico, com os EUA. Com a consolidação da URSS como potência econômica, o período pós-Stálin enfrentaria o desafio de manter essa posição, com o acirramento das disputas introduzido pela Guerra Fria.

No período de 1953 a 1964, Nikita Krushev atuou na reorganização do aparato estatal e do planejamento econômico, promovendo a redução da máquina partidária e a tentativa de aproximação com os países do bloco capitalista, no plano externo. No entanto, foi na esfera econômica que se empreenderam as principais alterações na lógica do planejamento. Assim que, na tentativa de promover a desburocratização, as decisões econômicas, em cada região do bloco soviético, passaram a ser divididas em 2 secretarias – indústria e agricultura – com o intuito de dar maior liberdade de decisão a cada região. No entanto, as imposições das disputas da Guerra Fria acabaram por fazer com a indústria pesada ganhasse grande relevância em relação à agricultura, o que incitou grande desequilíbrio setorial, criando dificuldades para o avanço do setor agrícola. Apesar das políticas específicas voltadas à promoção da agricultura, fato é que este setor não conseguiu acompanhar a taxa de crescimento do setor industrial, dando início a uma crise que se desdobraria com importantes reflexos nas décadas seguintes. Fato semelhante acontecia na indústria, já que o foco na indústria pesada criava prejuízos para o avanço da indústria de bens de consumo. Começavam a se desenhar os primeiros problemas no planejamento econômico, que gradualmente se mostrava incapaz de equacionar os conflitos entre as necessidades da sociedade soviética e as demandas no campo industrial introduzidas pelas disputas da Guerra Fria.

Tais questões se acentuariam durante o governo de Leonid Brejnev. O descompasso entre a indústria pesada e a agricultura, o baixo progresso da indústria leve e o inadequado atendimento da demanda por serviços, iniciaram um período de redução do crescimento soviético. Os dois choques do petróleo ocorridos ao longo da década de 1970 iriam beneficiar a economia soviética – grande exportadora de petróleo – mas, por outro lado, iriam também aumentar a dependência em relação à importação de cereais e de bens de consumo. Assim que, ao aumentar a entrada de divisas pela exportação de petróleo, a economia soviética iniciava uma espécie de “processo de reprimarização”, com alta dependência da exportação deste produto e a consequente necessidade de importação de bens básicos. A alteração do cenário internacional a partir da década de 1980, com a queda do preço do petróleo, num cenário de dependência do setor externo para dinamização da economia, colocaram

em xeque a posição da URSS como potência econômica mundial. É nesse cenário que é proposto um conjunto de reformas liberalizantes, no intuito de fornecer maior liberdade econômico de atuação nas empresas. No entanto, a ausência de estímulos e as dificuldades de reinvestimento de lucros fizeram com que tais reformas fossem insuficientes para promover a recuperação da economia.

E nesse contexto de crise econômica que se inicia o governo de Mikhail Gorbachev, que enfrentaria os desafios dos novos contornos das relações externas introduzidas pela difusão das políticas neoliberais no campo capitalista. Por isso, sua chegada ao poder veio acompanhada de promessas de mudanças radicais na forma de se solucionar os problemas econômicos e sociais. É a partir desses aspectos que foram introduzidas a *Glasnost* – política de maior transparência sobre os processos políticos e econômicos da URSS para o mundo – e a *Perestroika* – cujo objetivo era promover uma transformação radical no planejamento econômico, a partir da transição do desenvolvimento extensivo para o intensivo e da democratização na autogestão das empresas. Formalmente, as duas políticas objetivavam a desconstrução do modelo de planejamento vigente, dado a incapacidade da recuperação econômica com as medidas implementadas ao longo dos dois governos anteriores. Gradualmente, o planejamento passava a ser abandonado, dando lugar a políticas de gestão típicas do modo de produção capitalista. Com a continuidade da crise e a não recuperação do crescimento econômico, gradualmente surgiram movimentos nacionalistas nas repúblicas soviéticas, que resultaram na dissolução do bloco em 1991.

O que se percebe é que, no período pós-Stálin, houve grande dificuldade na formulação e manutenção da lógica do planejamento econômico. De um lado, as disputas da Guerra Fria exigiam vultuosos investimentos na indústria bélica e espacial, o que criou um grave problema de desequilíbrio setorial, dado o descompasso na transferência das tecnologias desenvolvidas para todo o conjunto dos setores produtivos. Em decorrência disso, setores importantes para o funcionamento da economia – como a indústria de bens de consumo e o setor agrícola – foram sucateados, gerando problemas generalizados de abastecimento. De outro lado, os conflitos políticos internos ao Partido Comunista enfraqueceram a base de apoio do governo, abrindo espaço para que figuras como Boris Yéltsin – defensor do fim do bloco soviético – ganhasse representatividade política, contribuindo para a derrocada do bloco soviético.

É evidente que, ao longo dos anos, o modelo de planejamento econômico soviético deveria ser atualizado de acordo com a conjuntura mundial à época, haja vista que o campo socialista estava inserido dentro de um sistema capitalista que passava a ser cada vez mais integrando e internacionalizado, como tentar incorporar as transformações que surgiram com a Terceira Revolução Industrial. Apesar dos problemas econômicos internos, as pressões externas dentro do contexto da Guerra Fria interferiam diretamente nos planejamentos. De toda forma, é inegável que o planejamento soviético permitiu que mudanças estruturais ocorressem não somente em seu território, mas serviu

como espelho ao antigo bloco socialista do século passado. Assim, a evidente elevação da complexidade econômica, em decorrência fundamentalmente dos planejamentos de médio prazo e da acumulação do excedente econômico nas mãos do Estado, – cujo objetivo central era garantir a universalidade ao acesso de bens e serviços produzidos aos soviéticos – melhorou substancialmente a qualidade de vida da população e as características de sua estrutura econômica.

Referências bibliográficas

AGANBEGUIAN, A. G. (1988). **A revolução na economia soviética: a Perestroika**. 2. ed. Lisboa: Europa-América.

CANO, W. (2000). **Notas sobre a crise da URSS**. *Economia E Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 203-210.

DHEIN, R. J. (2015). **A dinâmica da economia, as políticas econômicas e as relações de produção da União Soviética no período de 1945 a 1991**. 2015. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria.

FRANCISCON, M. W. (2013). **Mercado e iniciativa privada na União Soviética**. *Analecta (UNICENTRO)*, Guarapuava, v. 14, n. 1.

HARRISON, M. (1993). **Soviet Economic Growth Since 1928: the Alternative Statistics of G.I. Khanin**. *Europe-Asia Studies*, v. 45, n. 1, p. 141-67.

HOBSBAWN, E. (1994). **A era dos extremos – O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras.

INSTITUTO PARA O ESTUDO DA URSS (Munique). **URSS 1953-1963: Década Post-Stalinista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1964. Tradução de: Edilson Alkmim Cunha

LAFER, B. M. (1970). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva.

LANGE, O. (1988). **Ensaio sobre planificação econômica**. São Paulo: Nova Cultural.

LÊNIN, V. I. (2017). **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo.

MARX, K.; ENGELS, F. (2012). **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2ª edição.

MARX, K. (1996). **O Capital – crítica da economia política**. Volumes I e II. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 2167 edição.

MEDEIROS, C. A. (2011). **A Economia Política da Transição na Rússia**. In: André de Gustavo Miranda de Pineli Alves. (Org.). **Uma Longa Transição Vinte Anos de Transformações na Rússia**. v. 1, p. 13-39.

KNIGA, M. (1961). **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda. Academia de Ciências da URSS, 3ª edição.

- MIGLIOLI, J. (1982). **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense.
- MIKHAILOVA, I. (2011). **Sistema planejado na União Soviética: lições históricas e visão atual**. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria.
- NETTO, J. P. (1985). **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense.
- OLIVEIRA, C. A. B. de. (2002). **Processo de industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: Editora Unesp.
- RANGEL, I. M. (1990). **O Quatro Ciclo de Kondratiev**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 10, n. 4, p.30-43.
- REIS FILHO, D. A. (2003). **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Editora Unesp.
- _____ (1983). **URSS: O socialismo real (1921-1964)**. São Paulo: Brasiliense.
- RIEGER, F. C. (2015). **A estagnação econômica dos anos 70 e a intervenção soviética no Afeganistão: fatores para a queda da URSS**. 2015. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento.
- RODRIGUES, R. P. (2006). **O colapso da URSS: um estudo das causas**. Tese (Doutorado) -História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo
- ROSSETTI, J. P. (1981). **Política e programação econômicas**. São Paulo: Atlas.
- SEGRILLO, A. (2012). **Os Russos**. São Paulo: Editora Contexto.
- SILVA, P. M. B. da. (2014). **O papel de Nikita Khrushchev no Complexo Militar e Industrial, no quadro da Guerra Fria**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa.
- SUNY, R. G. (2008). **Ascensão e queda da União Soviética: o império de nações**. Lua Nova. n.75, pp.77-98.